

O JOGO POLÍTICO DA DEMOCRACIA: LUTAS SIMBÓLICAS NA “REDEMOCRATIZAÇÃO” BRASILEIRA (1984-1985)¹

Michelly Pereira de Sousa Cordão²

O artigo é resultado de minha Tese de Doutorado em Ciências Sociais defendida em 2015 pelo PPGCS-UFCG. A proposta consistiu em discutir as disputas simbólicas que envolveram o projeto conservador e liberal da “redemocratização” articulado por grupos políticos que, no âmbito da sucessão presidencial (1984-1985), se construíram e foram construídos como legítimos símbolos da democracia e da “oposição” ao regime civil-militar. Conferimos um maior espaço de discussão a Tancredo Neves por entendermos que ele representou, nos anos 1980, uma concepção de democracia aceitável pelas elites políticas e econômicas. Paralelamente a isso, destacamos posições do Partido dos Trabalhadores no sentido de evidenciar que o modelo de “redemocratização” tramado pelas elites políticas não configurou um “consenso”, a despeito da propaganda midiática que alardeava o contrário.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de discursos políticos e da grande imprensa, pensada enquanto instrumento simbólico que arrematava teses e argumentos políticos aos quais estava alinhada, na mesma medida em que desqualificava “opiniões” que lhe eram contrárias. Utilizamos, sobretudo, os jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, compreendidos enquanto veículos que interferem no campo político, definindo pautas e legitimando posições. Os diálogos com a teoria sociológica de Pierre Bourdieu (2005) sobre campo político possibilitaram o estranhamento das verdades socialmente construídas e, portanto, da problematização do conceito de democracia que venceu as lutas simbólicas nos anos 1980.

Propomos análises que apontaram para a percepção de que no cenário das disputas em torno da “redemocratização”, saíram vitoriosos grupos políticos que representavam uma concepção conservadora de democracia, cujo estabelecimento se deu a partir de um amplo esforço político e midiático voltado para o esquecimento da colaboração de seus defensores com a ditadura, bem como, o silenciamento de propostas alternativas que a “contestavam”. Construiu-se o mito de uma “redemocratização” sem antagonismos, anulando-se a pluralidade política a partir da imposição autoritária de uma “verdade” que reafirma a tese “clássica” de que o modelo liberal-capitalista se constitui no único caminho capaz de promover a democracia. Observamos, por fim, que o projeto conservador de “redemocratização” legounos uma concepção de democracia que defende o Estado Democrático de Direito e, contraditoriamente, odeia a democratização social.

Para este artigo, consideramos importante darmos ênfase aos resultados e conclusões alcançados, em razão, sobretudo, das problematizações que fizemos e a partir das quais se tornou possível refletirmos sobre a configuração atual do campo político brasileiro. Ressaltamos, ainda, que a temática que discutimos – democracia – envolve diretamente acontecimentos e narrativas midiáticas contemporâneas que acabam recolocando-a em frequente discussão e apresentando novos elementos para análises, tornando-a mais atraente para a própria pesquisadora, a despeito da urgência de um mínimo de distanciamento.

Neste ínterim, entendemos que a concepção contemporânea de democracia, tão disseminada pela grande mídia e pelos atores políticos por ela mediatizados, é uma

¹ Trabalho resultado de minha tese de título homônimo, orientada pela Prof.^a Dr.^a Elizabeth Christina de Andrade Lima (PPGCS-UFCG) e co-orientada pela Prof.^a Dr.^a Marinalva Vilar de Lima (PPGH-UFCG). A tese foi defendida e aprovada em setembro de 2015. Neste artigo, apresento, sobretudo, os resultados e as conclusões alcançadas.

² Graduada e Mestre em História pelo PPGH-UFCG. Doutora em Ciências Sociais pelo PPGCS-UFCG. Atualmente, é professora substituta da Unidade Acadêmica de História, da UFCG, campus I.

atualização daquela defendida pelos protagonistas da “redemocratização” nos anos 1980. Uma democracia conservadora que oculta conflitos e odeia as “opiniões”, criminalizando-os em nome da manutenção da “ordem social”. Até mesmo o PT que foi constituído a partir de movimentos sociais e das lutas sindicais e que era associado pelos políticos liberais nos anos 1980 ao “radicalismo”, reconfigurou-se e se tornou um partido também conservador, a despeito de tentar manter as políticas sociais como a pauta principal de sua matriz discursiva. Um partido que está inserido numa configuração política e econômica mais ampla e que reproduz práticas por ele próprio criticadas e associadas a partidos de “direita”, com destaque para seu opositor principal, o PSDB.

A hipótese que perseguimos foi que a vitória do projeto liberal se tornou possível em razão de uma ampla campanha política e midiática que legitimou a Aliança Democrática e a eleição indireta de Tancredo Neves e de José Sarney a partir de usos simbólicos da campanha das “diretas já” e de uma ênfase positiva a uma noção conservadora de democracia alicerçada nas ideias de “conciliação”, “ordem social” e “liberdade”. Como parte da campanha, houve a produção de um esquecimento de que civis colaboraram com a ditadura “militar” e um silenciamento deliberado em relação a posições políticas situadas “à esquerda” e que, naquele momento, representavam alternativas à manutenção de um projeto conservador de “transição” defendido tanto por civis como por militares.

Interessou-nos entender como se consolidou a versão histórica de que naquele momento, especialmente com a vitória de um presidente civil na campanha para a eleição indireta de 1984-1985, o Brasil “voltou” a ser um país democrático. Como a grande imprensa, representada por veículos liberais, a exemplo da *Folha de São Paulo* e de *O Globo*, homens públicos da oposição e da situação, construíram a memória daquele contexto enquanto um divisor de águas para a consolidação da democracia brasileira? Questões que podem contribuir para uma percepção das tensões que envolvem o próprio trabalho de significação da democracia no Brasil e de como ele está ligado a aspectos socioculturais e, portanto, ultrapassam a esfera jurídico-institucional.

A nossa tese possibilitou a construção de reflexões acerca da relação entre democracia, mídia e política, num cenário turbulento e conflituoso em que projetos políticos distintos disputam espaços e em que a grande imprensa direciona seu foco seletivo para a Operação Lava-Jato a partir de uma narrativa única conforme a qual a corrupção é exclusividade de um partido, cuja ascensão ao governo teria sido o marco de sua existência no País. Não se trata de isentar o PT da prática de corrupção, aspecto estrutural na sociedade brasileira, mas de problematizar um discurso antidemocrático, unilateral e seletivo que, com a intenção de restabelecer um modelo conservador de democracia, tem feito um esforço no sentido de criminalizar um grupo político e salvaguardar outro com quem se percebe mais alinhado. Junto a isso, a grande mídia seleciona a Operação Lava-Jato³, bem como, a “crise econômica” enquanto pautas principais, quase únicas de suas narrativas, conferindo pouco espaço de discussão para temas importantes para a ampliação da democracia, como o financiamento das campanhas eleitorais, parte da Reforma Política.

As narrativas da grande imprensa têm operado com categorias polarizadas em suas versões das disputas que têm movimentado o campo político brasileiro. Fizeram-no na cobertura das manifestações antigoverno e antipetismo, ocorridas em 2015, legitimando-as por considerá-las “pacíficas”, a despeito de uma série de vídeos que viralizaram nas redes sociais em que se observam pessoas de “vermelho” ou que se manifestaram a favor do

³ Ressaltamos que esses argumentos foram produzidos no ano de 2015 e, portanto, são datados historicamente. O que justifica a ausência de referências a narrativas midiáticas e fenômenos políticos mais recentes, a exemplo, sobretudo, da trama política que envolve o “golpe” contra a democracia representado no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, do PT.

governo ou mesmo que se colocaram contrárias a algumas pautas defendidas pelos manifestantes ditos “pacíficos”, sendo violentamente hostilizadas.

Os confrontos no campo político e na vida social contemporânea são evidências de que a sociedade brasileira não é cordial, amistosa ou pacífica, diferentemente das imagens estereotípicas difundidas a seu respeito e que foram construídas por nosso pensamento social (Cf.: FREYRE, 2006) e apropriadas pelos atores políticos que as utilizam para desqualificarem posições que suscitem a possibilidade de desestabilização da ordem estabelecida. Trata-se de uma sociedade, cujos indivíduos e grupos têm resistência a um convívio democrático com posições divergentes e opiniões que contradizem as suas. São procuradas formas de evitar o conflito, de mantê-lo nos bastidores, ocultando-se sua existência com o mito da cordialidade e do pacifismo que fariam parte da nossa identidade nacional, de nossa particularidade histórico-social.

Observa-se uma dificuldade cultural da sociedade brasileira em conviver com opiniões divergentes sem desqualificá-las, criando-se uma teia discursiva em que a polarização e o maniqueísmo superam quaisquer possibilidades de debates que suscitem críticas que não sejam “emocionadas” nem defensoras de interesses privados e que apontem para sugestões visando a uma ampliação da esfera pública e da democracia. O que se tem visto, sobretudo no espaço das mídias sociais, mas não apenas, é uma banalização do debate manifestada numa onda de embates que misturam as esferas pública e privada a partir de uma linguagem rude e grosseira, usada sem qualquer constrangimento.

A polarização no âmbito da disputa por espaços no campo do poder inviabiliza a pluralidade política, mantendo a sociedade refém de dois projetos partidários, exacerbando uma cultura maniqueísta e antidemocrática que não abre espaço para a construção de novas possibilidades que possam contestar o *status quo*. A defesa do impedimento da presidenta Dilma Rousseff, do PT, deixou de ser uma pauta central no âmbito da grande imprensa e de setores econômicos quando se observou que isso poderia abalar a “ordem social” que é companheira inseparável da estabilidade econômica, segundo o vocabulário neoliberal.

Por outro lado, a intervenção midiática provoca um fenômeno que tem sido recorrente no campo político, a crítica seletiva, que no cenário atual está contribuindo para a formação de um ódio e de uma indignação também seletivos. Um único partido, o PT, é transformado em bode expiatório no que se refere à corrupção na mesma medida em que partidos da oposição, sobretudo o PSDB, são isentados por uma mídia que é partidária e que usa o discurso da “credibilidade”, da “imparcialidade” e da “competência” para ocultar suas posições políticas e exercer um poder simbólico.

A despeito das diferenças históricas, isso nos remete à construção de uma memória para a ditadura que transformou os militares em únicos responsáveis pela existência de um período autoritário e “sombrio” no País, isentando-se civis do papel de colaboradores ou mesmo de sujeitos partícipes do golpe e dos governos que a ele se seguiram. Não se trata de isentar um grupo ou outro, mas de problematizar uma matriz discursiva, bastante recorrente na grande mídia, que elabora polarizações, vilanizando uns e heroificando outros e, com isso, exacerbando uma cultura maniqueísta que não contribui para a complexificação da análise da vida social e das disputas na arena do poder.

O que nos faz chamar a atenção para a importância de se considerar o papel da mídia nas reflexões sobre democracia e política e, sobretudo, para a urgência de se promover a sua democratização com a intenção de criar espaços alternativos ao discurso único e monopolizador dos grandes meios de comunicação que, historicamente, posicionam-se a favor de grupos políticos que a eles se alinham na defesa da manutenção de um modelo de “ordem democrática” que prioriza a economia e o privado em detrimento da política e do público e criminalizam movimentos sociais e “opiniões” divergentes.

A nossa tese destacou em um de seus capítulos⁴ que Tancredo Neves, construído como “ícone da democracia”, colaborou com a ditadura civil-militar, argumentando que a concepção de democracia que representava era de viés conservador e que, à medida que se centrava na “liberdade” enquanto lema político, secundarizava a questão social. Ao longo do processo de “transição democrática”, movimentos sociais, a exemplo das greves operárias no ABC paulista no final dos anos 1970, foram condenados por parlamentares, como Tancredo, e pela grande imprensa que arrematava seus discursos. Jornais como a *Folha* e *O Globo*, escreviam editoriais em que criticavam a ação política através de conflitos, chamando os movimentos de “perturbações” e de “agitações irracionais” que contribuía apenas para atrapalhar o movimento de “liberalização” que vinha sendo promovido pelo regime. Suas críticas, portanto, eram direcionadas para movimentos sociais e greves e não para os governos militares que estariam, eles próprios, “redemocratizando” o País.

As ideias de “controle” e de “ordem” faziam parte do vocabulário tanto de militares como de civis que defendiam uma “redemocratização” que não abalasse o *status quo* e, nesse sentido, criminalizavam práticas que poderiam fazê-lo. Trata-se de uma compreensão de democracia bastante presente na sociedade brasileira e que tem sido evidenciada em manifestações, cuja legitimidade está geralmente associada ao seu caráter pacífico, “controlado” e “ordeiro”. Manifestações em que a “paz social” é abalada são consideradas ilegítimas, tanto por líderes políticos, quanto pela imprensa, e tratadas com o uso da violência legítima do Estado. Ao mesmo tempo, a “questão social” ainda parece ser tratada como uma “questão de polícia”, na medida em que grupos sociais desprovidos das condições de acesso aos bens simbólicos que poderiam garantir sua inserção social, continuam sendo tratados, em grande medida, como um problema para a “ordem pública”.

Nesse sentido, nos “30 anos de redemocratização”, os personagens que são lembrados pela grande imprensa enquanto ícones da resistência são aqueles que colaboraram com a proposta “ordeira” e conservadora de democracia arquitetada pelos próprios governos militares. Ao mesmo tempo, personagens e grupos sociais que reagiram à ordem e ao controle do Estado fazendo greves, defendendo pautas mais progressistas, como a anistia “ampla, geral e irrestrita”, são esquecidos da memória de um processo que é lembrado como sendo o marco que criou a democracia que vivemos hoje. São formas de lidar com o passado e com a memória que expressam a compreensão que setores dominantes, nos quais a grande imprensa se inclui, têm da história política brasileira e dos “marcos” e sujeitos que foram importantes para sua construção.

Tancredo Neves, por exemplo, é tido como um “herói da resistência”, imagem simbólica a que seu neto, Aécio Neves, ajudado pela imprensa, tentou e tenta se vincular. A memória vitoriosa⁵ a seu respeito é aquela que o associa ao “pacifismo” e à “cordialidade”; um político “conciliador”, avesso ao “radicalismo”. Símbolo da concepção conservadora de democracia vitoriosa nos anos 1980 que afirmava ser o liberalismo o caminho do meio, aquele que “equilibrava” os extremismos, tanto de “direita”, quanto de “esquerda”. Estratégia simbólica para transformar uma ideia que é histórica e social em verdade absoluta e universal, da qual todas as sociedades não poderiam fugir caso quisessem adotar a democracia. Naturalizou-se a tese de que as relações sociais no Brasil são “cordiais” e “pacíficas”, exercício político que funciona para ocultar os conflitos, a desigualdade e a dominação exercida pelos grupos que, silenciosamente, impõem uma “ideologia” de mundo a fim de garantir seus privilégios.

São aspectos que apontam para o modelo de democracia aceitável pelos grupos dominantes, seja as elites políticas ou as grandes empresas privadas. Uma democracia

⁴ Capítulo III: “Tancredo Neves e a “ordem autoritária”: colaborações com o regime civil-militar”.

⁵ Discutimos as apropriações da memória da “redemocratização” no cenário contemporâneo no capítulo IV: “Apropriações da ‘redemocratização’: construção simbólica de uma concepção conservadora de democracia”

“controlada”, ainda marcada pela sombra da experiência autoritária, cuja memória foi reativada em 2014 com os 50 anos do golpe e com a discussão em torno da apresentação do relatório final da CNV, criada pelo Estado para investigar a “verdade” sobre os crimes de tortura numa linha de oposição ao “esquecimento” que foi defendido nos anos 1980 tanto pelos militares como por civis, a exemplo do próprio Tancredo. Em seus discursos no final de seu mandato como Deputado, em 1978, e enquanto Senador, entre 1978 e 1982, Tancredo se opôs aos “revanchismos” e propunha um esquecimento do passado, das torturas, da perseguição a dissidentes, atuando “dentro da ordem” e reivindicando pautas aceitáveis pelo regime civil-militar em seu ocaso: eleições diretas e fim do “arbitrio”. Oposição aos “revanchismos” que foi defendida pela presidente Dilma Rousseff em 2014, cujo foco foi na memória como verdade, não na memória como justiça.

Trata-se de um significado da palavra democracia que tem sido reapropriado no cenário contemporâneo em que pautas conservadoras, a exemplo do projeto de redução da maioria penal para 16 anos, são postas em discussão e aprovadas no Congresso Nacional. A referência a Tancredo e a sua concepção “antidemocrática” de democracia nos parece pertinente para entendermos o que parte de nossa sociedade pensa a seu respeito, num momento em que alguns setores sociais pedem a “intervenção militar já”, fazem “críticas” ao governo e a políticos a partir de um vocabulário violento e defendem projetos de lei, como o já citado, que afetam, sobretudo, grupos sociais estigmatizados e com menos chances de vencer as disputas pelos recursos simbólicos que garantem a inclusão no campo social.

Podemos considerar que houve uma ruptura no *status quo* com a vitória de Lula em 2002, considerando-se o fato de que até então o País era governado por representantes de suas elites políticas e econômicas. No entanto, o presente imediato é marcado por uma onda conservadora, sobretudo se levarmos em conta as discussões que têm ganhado força no Congresso Nacional. Parece-nos uma espécie de (re)significação do modelo de democracia vitorioso nos anos 1980 com o recrudescimento de uma cultura autoritária evidenciada tanto no campo social em que há uma dificuldade coletiva em lidar com os conflitos e com a pluralidade, quanto no campo político em que projetos de leis conservadores têm sido discutidos e aprovados na mesma medida em que propostas voltadas para a garantia da inclusão democrática de minorias históricas têm sido objeto de um discurso de “ódio”.

A democracia, após 30 anos de “redemocratização”, não superou a cultura autoritária e conservadora que permeia a sociedade brasileira e que é nutrida por um jogo político no qual a grande mídia exerce um papel protagonista, na medida em que elabora narrativas diárias sobre questões que envolvem a vida social e o campo político, orientando o público para uma maneira única e antidemocrática de enxergar a ambos. Importante, pois, que o campo sociológico promova discussões que considerem os significados socialmente construídos da democracia a fim de concebê-la para além da perspectiva institucional. Fazê-lo é, também, um exercício de resistência a um discurso unívoco que, ao reafirmar o “amadurecimento” das instituições democráticas a partir, por exemplo, da referência ao combate jurídico à corrupção, lança mão de truques sociais que ocultam a dimensão hierárquica e autoritária que perpassa as práticas sociais cotidianas perceptíveis no próprio comportamento seletivo da mídia que escolhe uns como bodes expiatórios e “salva” aqueles cuja orientação política os faz dela alinhados.

Procuramos destacar, em nossa tese, que com o fim da ditadura civil-militar, criou-se o argumento de que a sociedade brasileira é totalmente favorável à democracia e de que formas autoritárias não são por ela aceitas. Ditadura “nunca mais” é um *slogan* muito veiculado em redes sociais e no cotidiano, sobretudo nesses anos de comemorações dos 50 anos do golpe e dos 30 anos da “redemocratização”. A defesa é a favor de Estados democráticos, saliente-se, mas não de uma cultura democrática.

O ódio à democracia é notado quando determinados grupos sociais se incomodam no momento em que propostas voltadas para formas mais democráticas de convivência social são apresentadas; da mesma maneira, quando atores políticos lançam mão de estratégias autoritárias para fazerem valer suas posições dentro do campo político, ou quando a presença do “entulho autoritário”, exemplificado na atuação conservadora de parlamentares que defendem a ditadura, representa a existência de aspectos antidemocráticos num regime democrático.

A democracia é uma construção social e política que se dá a partir de lutas das quais saem vencedores grupos que, na configuração em que atuam, conseguem exercer uma dominação através de mecanismos simbólicos pouco perceptíveis à maioria da sociedade, uma vez que funcionam de forma invisível e silenciosa e, por isso mesmo, possuem uma maior eficácia. Um desses mecanismos é o alinhamento à grande mídia que também participa do jogo político e, com o discurso da “isenção”, exerce um poder simbólico ao impor uma maneira única de enxergar a disputa política e, portanto, exerce um papel fundamental para a vitória de determinados grupos que representam seus interesses enquanto parte da esfera privada.

Nesse sentido, entendemos que a democracia é, também, um processo de resistência ao discurso liberal com sua ênfase ao privado e à economia, e a defesa da política, enquanto dissenso, e da esfera pública. Dessa resistência, faz parte a crítica à apropriação da coisa pública pelos grandes meios de comunicação que, ressalte-se, são empresas privadas. Como parte, portanto, das lutas democráticas no Brasil contemporâneo parece-nos prioritário a discussão que envolve o domínio privado das comunicações pela grande mídia, cuja atuação expressa uma forma de patrimonialismo que recusa a democratização dos recursos públicos voltados para o campo das comunicações. O que constitui um exemplo de vitória dos grupos econômicos no sentido de que dificultam a ampliação da democracia, com o poder de definir até onde ela pode ir.

No Brasil dos anos 1980, houve uma “redemocratização” no sentido de restabelecimento do Estado Democrático de Direito. Porém, havia um temor em relação às possibilidades de ampliação da democracia, sobretudo no que dizia respeito à participação política de grupos sociais até então ausentes da esfera pública, em especial os trabalhadores. Um temor que estimulou uma “redemocratização” fundamentada no discurso liberal, com uma forte defesa dos ideais de liberdade colocados como oposição ao autoritarismo da ditadura civil-militar. Ao mesmo tempo, houve um esforço por silenciar e ocultar ideias democráticas, não elitistas e, por isso, tidas como “radicais”.

Nesse sentido, a partir de uma metodologia que analisou discursos políticos e editoriais de jornais da grande imprensa observando como esta arremata o que lhe interessa daqueles e silencia o que não lhe interessa, a Tese procurou colocar em suspeição a versão de que o único caminho para o Brasil pôr fim ao ciclo da ditadura era a partir do projeto liberal representado pela Aliança Democrática sob a liderança do PMDB e personificada por Tancredo Neves. Consideramos importante apontar que havia alternativas ao projeto, embora os atores políticos e a grande mídia tenham atuado no sentido de construir uma impressão de consenso em torno da “oposição liberal”. Fizeram-no para garantir que o projeto que lhes interessavam, uma vez que possibilitaria a manutenção de suas posições privilegiadas no campo social, não seria abalado por quaisquer outras opções políticas. Não foi à toa que procuraram as associar à “subversão”, ao “comunismo” e ao “radicalismo”, continuando uma prática política recorrente no campo político brasileiro, cujos atores costumam criar um bode expiatório para garantir a manutenção de seus privilégios.

Acompanhamos, atualmente, a existência de um ódio à democracia, vista aqui enquanto possibilidade de igualitarização social e instrumento político de resistência à ordem privada e econômica que é salvaguardada por setores dominantes da sociedade, cujas elites

foram, historicamente, favorecidas por um modelo de democracia que aqui se estabeleceu. Para isso, fez uso de truques sociais e de um poder simbólico, cuja eficácia atua no sentido de naturalizar e de tornar indiscutível o que é discutível por ser histórico e social. Trata-se de uma sociedade a favor de governos democráticos e expressamente contrária a quaisquer formas de autoritarismo, seja de “esquerda” ou de “direita”, mas que odeia a cultura democrática na medida em que prefere um Estado Democrático de Direito que não desloque seus lugares social e historicamente estabelecidos enquanto grupos detentores de maior capital simbólico. O principal exercício utilizado para justificar essa posição é a tentativa de eliminação do confronto e, portanto, da própria política.

A aprovação de reformas “parciais” entre 1978 e 1979, a exemplo da Lei da Anistia, que propunha o esquecimento dos “torturadores” e a criminalização dos “terroristas”⁶; a articulação da Aliança Democrática com a “conciliação” entre civis e grupos políticos ligados aos militares; a mitificação póstuma de Tancredo Neves e a legitimação do mandato de José Sarney para inviabilizar uma possível “radicalização”, são evidências de um jogo político, cujos grupos que possuem um domínio no interior do campo procuram anular o conflito e o dissenso, em razão do ódio à democracia. Um ódio histórico provocado que parece estar nos perseguindo com mais frequência numa conjuntura política pós-eleitoral que, contrariando o mito da “cordialidade”, caracteriza-se pela violência e pela ausência de diálogo entre posições divergentes.

A análise, produzida por uma pesquisadora que se vinculou ao longo de sua trajetória acadêmica ao *habitus* historiográfico e, ao mesmo tempo, que se esforçou para introduzir no trabalho de doutorado conceitos sociológicos, permitiu construir evidências acerca de uma tese que parece óbvia, embora não o seja. Foi preciso ser expressa a partir de argumentos fundamentados numa pesquisa que, ao centrar-se na “redemocratização” dos anos 1980, apontou aspectos da política brasileira contemporânea, sobretudo no que diz respeito à compreensão “antidemocrática” de democracia, cujo efeito social é a criminalização de grupos sociais e a desqualificação de pautas democráticas. Pautas que são associadas à “esquerda” ou aos “radicais” pelo fato de suscitarem o “perigo” de deslocar a conservação da “ordem” e do *status quo*. Se o (neo)liberalismo define a ordem e a paz social como pilares de uma sociedade democrática, ao pensamento crítico da Sociologia cabe problematizá-lo a fim de evidenciar as mazelas sociais sustentadas e legitimadas por esse mecanismo simbólico de dominação.

Sobretudo, importa a esse campo de saber insistir na resistência à colonização da política, da esfera pública e do dissenso pela economia e pelo discurso que prioriza a esfera privada. Afinal de contas, os que defendem a ordem econômica são os mesmos que defendem governos democráticos e que se opõem à sociedade democrática. Contradições que evidenciam o jogo por trás do qual é construída a democracia brasileira. Jogo que esteve presente na proposta vencedora da “redemocratização”, haja vista que seus protagonistas, que se diziam defensores da democracia em detrimento da ditadura, foram os mesmos que colaboraram com esta.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, nº 5, pp. 193-216, jan/jul. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522011000100008&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jun. 2013.

_____. A delegação e o fetichismo político. In: **Coisas ditas**. Trad.: Cássia R. da Silveira; Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense: 2004, pp. 188-206.

⁶ Discutimos essas disputas, também, no capítulo III da tese.

_____. Estruturas, *habitus*, práticas. In: **O senso prático**. Trad.: Maria Ferreira. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009, pp. 86-107.

_____. A ilusão biográfica. In: **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad.: Mariza Corrêa. Campinas-SP: Papirus, 1996, pp. 74-82.

_____. **Lições de aula**. Trad.: Egon de Oliveira Rangel. São Paulo: Ática, 2001a.

_____. **Meditações pascalianas**. Trad. Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

_____. **Sobre o Estado**. Trad.: Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Trad.: Guilherme João de F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**. Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. **Tancredo vivo**: casos e acaso. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

_____. **O poder simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Densidade democrática e instabilidade na redemocratização latino-americana. In: ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos *et al* (org.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 321-338.

_____. Getúlio Vargas, cartas-testamento como testemunhos do poder. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, pp. 295-307.

_____. Memória da ditadura militar no Brasil: fontes e métodos. GOMES, Ângela de Castro (coord.). **Direitos e cidadania**: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, pp. 115-136.

_____. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. São Paulo: Ática, 1992.

DELGADO, Lucília de A. Neves; SILVA, Vera Alice C. **Tancredo Neves**: a trajetória de um liberal. Petrópolis: Vozes; Belo Horizonte: UFMG, 1985.

DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). **Tancredo Neves**: perfis parlamentares. 2. ed. n. 56. Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 2010.

FERREIRA, Marieta de M. (coord.). **João Goulart**: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FORTES, Alexandre (org.). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo/Chapecó: Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da sociedade brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LAMOUNIER, Bolívar. **Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira**. São Paulo: Augurium Editora, 2005.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da ditadura militar à Nova República (1974-1985)**. 1999. 408f. OLIVEIRA, Francisco. O ornitorrinco. In: **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003, pp. 121-150.

_____. **Ornitorrinco: será isso um objeto de desejo?** [2003?] São Paulo. Palestra proferida no Programa Café Filosófico da TV Cultura. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=TexQgHycIV0>. Acesso em 28 jul. 2015.

_____. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. 2008. 387f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás-UFG, Goiânia, 2008.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **Desafios atuais do campo democrático e popular: uma segunda chance**. Plataforma Democrática, Fundação IFHC e Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2004. Disponível em: <https://sites.google.com/site/gptrabalhoufcg/publicacoes-1/publicacoes>. Acesso em: 13 jan. 2015.

_____. **Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações**. Do novo sindicalismo ao sindicalismo cidadão. 2002. 561f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Trad.: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora UnB, 2000.

WACQUANT, Loïc. **O mistério do ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática**. Trad.: Paulo César Castanheira. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia:** Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Fontes

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br>.

O GLOBO. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/>